

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Demais autarcas

Exmo Sr. Provedor do município

Entidades representadas

Comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores

Comemoramos hoje 45 anos de liberdade e de democracia. A mudança de um regime monopartidário para um regime pluripartidário deu azo a profundas e marcantes transformações da sociedade portuguesa com reflexos notórios na economia, na educação, na saúde e na cultura.

O movimento dos capitães que, na manhã do 25 de abril de 1974, iniciou a marcha para a reposição dos direitos básicos de cidadania, viria a ser revolucionário pois desencadeou uma onda vertiginosa que produziu enormes alterações no tecido social da nação portuguesa. Este processo teve inúmeros percalços e todos recordamos o denominado “PREC” como um período de enormes convulsões e contradições sociais, ficando até a estar em perigo a democracia reposta no 25 de novembro de 1975. Sá Carneiro diria a propósito, num comício do PSD, em 1975: “Hoje vivemos na sequência de uma revolução conseguida sem sangue, que nos abriu caminhos de liberdade. Para que os possamos percorrer é indispensável o respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos que vamos vendo infelizmente postos em causa.” – Fim de citação.

Decorridos 45 anos notamos, com algum desalento, o canto de sereias passadistas, a negar direitos adquiridos, a aumentar as desigualdades, a criar realidades profundamente injustas entre o litoral e o interior (um exemplo atualíssimo os benefícios concedidos a Lisboa e Porto em termos de passes nos transportes). Naturalmente somos os primeiros a saudar medidas que beneficiam a população, mas manda a boa justiça que se estendam ao todo nacional. Na greve dos transportadores de matérias perigosas requisição civil apenas para Lisboa e Porto e os portugueses que não vivem nestas grandes áreas metropolitanas? Que nome dar a estas decisões? Realismo eleitoral, dirão

os pragmáticos. Nós chamamos-lhe maquiavelismo eleitoral. A nível local também nos deparamos com “artes e manhas”, o tal realismo versus maquiavelismo, de confronto inusitado relativamente a posições da oposição. Exemplo: oposições que não apresentam opções são criticadas; oposições que apresentam opções, criticadas são! A democracia, mesmo a nível local, em muitos casos, virou autocracia do quero, posso e mando. E assim roda um regime, ainda muito jovem, mas já com tantos vícios.

O Estado corporativo não acabou, apenas se maquillou. E há na sociedade portuguesa milhentas corporações a estender as suas influências e os seus poderes em inúmeros setores. A juntar a isto, uma dívida que não pára de aumentar. Não queremos ser pessimistas mas a verdade obriga-nos a dizer que as tão famosas reformas estruturais continuam esquecidas numa qualquer gaveta que ninguém se atreve a abrir. A descentralização de competências, obrigatória a partir de 2021, poderia ser uma reforma estrutural de grande alcance, mas pelas dúvidas que muitos autarcas vão colocando e pela indefinição do competente pacote financeiro, bem pode tornar-se num enorme problema a juntar a tantos outros que já existem e atormentam o poder local.

Admitimos perfeitamente a existência de municípios para quem a descentralização será estimulante, mas outros haverá para quem essa mesma descentralização possa ser o começo dum enorme pesadelo. Estamos naturalmente a falar de municípios com muitos recursos e de municípios com poucos recursos. O país sempre funcionou a várias velocidades. O interior continua esquecido, envelhecido, a desertificar e com carências de várias ordens. Deixamos no ar, talvez, uma ingénuo questão: neste processo descentralizador de competências, em vez de todos serem obrigados a aceitá-lo em 2021, não seria mais sensato dar aos municípios o direito de opção? A política a régua e a esquadro nunca foi boa conselheira. Esta descentralização aparece tarde, a más horas e num contexto de grandes perplexidades. Oxalá estejamos enganados, mas o acidental parece sobrepor-se à substância das coisas.

Continuamos a viver de alguns inflamados discursos ao sabor de “modas” de momento e de “falsas notícias” que enxameiam as redes sociais pervertendo completamente a discussão séria e serena dos problemas em tempo eleitoral.

Com este cenário, a agudizar-se cada vez mais, os tempos da democracia transformam-se em tempos de demagogia a abrir caminho para oligarquias ávidas de poder. Por isso não se estranhem os “populismos” que crescem no seio da União Europeia e já ensombram o futuro da mesma. Um espaço civilizacional de abundância, liberdade, tolerância e paz, como nunca houve outro, após a II Grande Guerra Mundial, pode estar a morrer por dentro, vítima dos falsos democratas que usam e abusam da democracia em proveito próprio. Creio que valerá a pena recordar alguns princípios fundacionais do Partido Social Democrata português:

- Um Estado ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço do Estado.
- Participação política e cívica no respeito pelos direitos dos cidadãos.
- O Estado, como pessoa de bem, deve garantir um largo espaço de liberdade quer à iniciativa, quer à criatividade das organizações da sociedade civil.
- Ao Estado compete fomentar o diálogo e a concertação, na divergência de interesses, para que haja entendimento e aproximação entre cidadãos livres.
- A exigência de que o poder deve garantir a participação dos cidadãos quer na organização quer na escolha das opções a tomar.
- A promoção do debate de ideias no respeito pela livre expressão.
- A administração da justiça de forma exemplar sem olhar a credo ou condição social.
- A promoção da solidariedade social em ordem a aumentar as oportunidades e atenuar as desigualdades.
- O respeito pelo direito à diferença para afirmação integral da personalidade de cada cidadão.
- A promoção da paz, dentro do país e nas relações com os restantes Estados.
- A denúncia constante de situações que humilham e rebaixam o ser humano.

Caríssimas cidadãs e cidadãos:

Sá Carneiro defendeu estes princípios. Hoje, mais do que nunca, continuam atualíssimos. Assumam-se de vez princípios que são civilizacionais. Para que isso aconteça é preciso transformá-los em atos na ação política do quotidiano. Não se faça da diversidade de ideias um inimigo a abater, nem, muito menos, falsa desculpa, para a inoperância. Haja transparência. Que as opções propostas

e legitimadas sejam executadas. Quem tem poder, ciente da complexidade do seu exercício, saiba descer a quem não tem poder. Não se tome a oposição por bloqueio. Voltando a recordar Sá Carneiro: “a oposição é, para o poder em exercício, estímulo e, para o interesse comum, fator de progresso.” – Fim de citação.

O 25 de abril cumpre-se sempre que não fazemos do poder um fim, mas um meio para melhorar o mundo, melhorando a vida das pessoas a começar pelas mais desfavorecidas.

Obrigado.